

A Batalha de Trancoso

Contexto político anterior à Batalha de Trancoso:

Após o reconhecimento do reino de Portugal e de D. Afonso Henriques como seu monarca, em 1179, pelo Papa Alexandre III, através da bula "*Manifestis probatum est*", Portugal experimentou nos dois séculos seguintes um crescimento significativo, tanto em termos geográficos, como económicos e demográficos.

Quando, em 1367, D. Fernando subiu ao trono encontrou o reino numa situação relativamente desafogada. Contudo, envolveu-se em três malogradas guerras com Castela e deixou-se influenciar pela rainha D. Leonor Teles e seus partidários, lançando o País numa situação economicamente delicada e numa grave crise política. No final do reinado de D. Fernando, o tesouro régio estava depauperado, os preços subiam em face da quebra continuada da moeda e o nível de vida das populações baixara significativamente.

Após a terceira guerra com Castela, em 1382, D. Leonor Teles, o Conde João Fernandes Andeiro e muitos nobres entenderam que uma união com Castela seria a melhor forma de acautelar os seus interesses e de terminar com um secular conflito entre os dois reinos, colocando-os sob a mesma família real. Desta forma, promoveram a assinatura do Tratado de Salvaterra de Magos, em 6 de Abril de 1383, no qual se previa o casamento de D. Beatriz, a única filha de D. Fernando e de D. Leonor Teles, com D. Juan I de Castela, que enviudara no início desse ano. Segundo este Tratado, D. Leonor Teles, após a morte de D. Fernando, seria a regente da Coroa Portuguesa até que D. Beatriz tivesse um filho varão e este atingisse os 14 anos. A Coroa Portuguesa passaria então a pertencer aos descendentes do Rei de Castela, D. Juan I, passando a capital do Reino para Toledo. Esta situação significava que o Reino de Castela iria inevitavelmente dominar Portugal. O casamento real teve lugar em Maio de 1383, nas povoações raianas de Elvas (a 14 de Maio) e de Badajoz (a 17 do mesmo mês).

Quando D. Fernando morre, em 22 de Outubro de 1383, a situação que se cria, decorrente do Tratado de Salvaterra de Magos, provoca mal-estar e não agrada a um largo sector da nobreza de Portugal. Na corte portuguesa um personagem se destacava. Era João Fernandes Andeiro, um galego que apoiara o sonho expansionista de D. Fernando e mais tarde contribuía para a elaboração do Tratado de Salvaterra. Muitos afirmavam também que era amante da rainha, D. Leonor Teles. O Conde Andeiro era um mestre da política internacional e manobrava habilmente os interesses e as emoções de D. Fernando e D. Leonor. Após a morte de D. Fernando, tornou-se o principal valido e conselheiro de D. Leonor.

Um largo sector da sociedade portuguesa entendia que o Infante D. João, meio-irmão de D. Fernando e filho de D. Pedro I e de D. Inês de Castro, teria direito ao trono. Um grupo minoritário defendia, no entanto, as pretensões ao trono de D. João, Mestre da Ordem militar de Avis e filho bastardo de D. Pedro I.

Após alguma hesitação, o Mestre de Avis mata o Conde João Andeiro nos Paços da Rainha, em 6 de Dezembro de 1383. Conhecido este facto, rapidamente se alargou o número de apoiantes do Mestre de Avis, sobretudo nas maiores cidades do reino, como Lisboa. Com efeito, ao ter conhecimento desta notícia, o povo de Lisboa amotina-se e proclama D. João, Mestre de Avis, como "Regedor e Defensor do reino". No resto do país, muitos dos nobres e alcaides de castelos, em obediência ao contrato de Salvaterra de Magos, continuam, contudo, a

respeitar a rainha D. Leonor Teles e a aceitar a sua autoridade. Gera-se assim uma grave crise política, cujo desfecho estava ainda longe de se poder descortinar.

Causas da crise de 1383 a 1385:

Analisando a crise política de 1383 a 1385 em maior profundidade, é possível referir que vários factores políticos, económicos e sociais estiveram na sua origem.

A primeira razão que podemos apontar para esta crise, residiu nas divisões e rivalidades existentes dentro da nobreza portuguesa. Com efeito, desde o reinado de D. Afonso IV, que se iniciou em 1325, foi-se progressivamente operando uma profunda recomposição da alta nobreza, ou seja, das famílias nobres que frequentavam normalmente a corte e que beneficiavam prioritariamente de favores régios, como a atribuição de títulos, ou a concessão de recompensas. Em face deste processo de transformação, esta alta nobreza, aquando da morte de D. Fernando, era quase que exclusivamente composta por famílias de exilados castelhanos e galegos, como os Castros e sobretudo os Teles, que desde o reinado de D. Afonso IV se haviam refugiado em Portugal devido às guerras civis em Castela. Estas famílias foram progressivamente ganho influência e poder dentro da corte portuguesa, sobretudo pela mão de D. Pedro I e mais tarde de Dona Leonor Teles, embora o seu número de elementos fosse relativamente reduzido.

Aquando da morte de D. Fernando, existia portanto um grande número de famílias antigas, que podemos classificar como pequena e média nobreza, que tinha perdido progressivamente o seu poder, e que se encontrava naturalmente descontente. Esta situação foi naturalmente geradora de tenções e mal estar, que favoreciam o desejo de alterações profundas dentro de várias famílias da nobreza portuguesa. Este desejo de alterações foi então facilitado e teve uma clara oportunidade de se expressar, pelo facto de D. Leonor Teles e os seus aliados defenderem uma solução política para Portugal que consistia na perda de independência para o Reino de Portugal. Esta solução não só era discutível legalmente, como era sobretudo do desagrado da grande maioria da população portuguesa.

Do lado de D. Leonor Teles não estava contudo apenas a alta nobreza. Estavam também alguns nobres que obtiveram de D. Leonor postos de confiança, como o cargo de alcaides de castelos, ou de deverem os seus laços matrimoniais a D. Leonor. Estão neste caso Martim Gonçalves de Ataíde, alcaide do castelo de Chaves, Pedro Rodrigues da Fonseca, alcaide do castelo de Olivença, João Afonso Pimentel, senhor de Bragança, Fernão Gonçalves de Meira, alcaide do castelo de Torres Vedras, Fernão Gonçalves de Sousa, alcaide do castelo de Portel, ou Gonçalo Vasques de Azevedo. Pelas relações pessoais que se estabeleceram com D. Leonor Teles, estes nobres ser-lhe-ão sempre fieis e defenderão os seus castelos contra D. João I, em muitos casos até depois da Batalha de Aljubarrota.

Todas as referidas contradições e tenções sociais existentes dentro da nobreza portuguesa, vieram á superfície após a morte de D. Fernando. Com efeito, em face de uma indefinição política que então se gerou, pelo facto de D. Fernando não ter deixado nenhum filho herdeiro, e pela perspectiva de uma invasão estrangeira, movida por D. Juan I de Castela, criaram-se condições objectivas para uma divisão e confrontação entre os diversos grupos sociais existentes, exteriorizando tenções acumuladas ao longo de décadas. Do lado de D. Leonor Teles estavam todos os interessados na manutenção da situação política e económica vigente,

enquanto do lado de D. João Mestre de Avis se encontravam todos os que pretendiam a sua profunda alteração.

É contudo justo referir que existe também um importante número de famílias da nobreza tradicional portuguesa, que por não se sentir identificada com nenhuma das duas referidas facções, adopta no início da crise, uma posição neutra, ou de apoio ao Infante D. João, filho de D. Pedro I, então preso em Castela por ordem de D. Juan de Castela. Encontram-se neste caso as famílias Pacheco, Cunhas, Coelhoos ou Coutinhos. Com o evoluir da crise política, a partir de 1383, estas famílias foram adoptando sucessivamente posições, em face do desenrolar dos acontecimentos políticos e militares.

Em segundo lugar é também importante referir outro grupo social que então se encontrava claramente descontente. Eram os filhos não primogénitos e bastardos, pois desde á muitos anos se viam afastados do acesso ao património familiar, em face das regras sucessórias existentes. Esta situação fez com que muitos membros de famílias portuguesas optassem por carreiras dentro das Ordens Militares, como forma de promoção social e de acesso á nobreza. Exemplos de famílias onde, por estas razões, muitos dos seus membros se especializaram na arte da guerra, são os Leitões, os Teixeiras, os Carvalhos, os Barretos e obviamente os Pereiras, onde se incluía Nuno Álvares Pereira. Estes membros de famílias portuguesas aderiram na sua quase totalidade á causa do Mestre de Avis, por verem neste partido a forma mais evidente de adquirirem direitos sociais e políticos, que até então lhe eram negados.

Mas a razão principal da crise de 1383 a 1385 foi o descontentamento popular, resultante tanto da degradação das condições de vida da generalidade da população, como da evolução política que o País tomava, onde se perspectivava a perda da sua independência.

A degradação das condições de vida resultavam de uma crise económica acentuada, que se verificava tanto em Portugal como na Europa, de sucessivas más colheitas agrícolas, inevitavelmente geradoras de fome, dos efeitos negativos das frequentes guerras contra Castela, e da ocorrência regular de diversas epidemias, como a Peste Negra. A responsabilidade para a degradação das condições era assim, e em primeiro lugar, atribuída ao poder instituído, ou seja, aos anos de governação de D. Fernando e de D. Leonor Teles.

Mas a insatisfação popular resultou também da perspectiva do Reino de Portugal perder a sua independência e de passar a ser governado por um rei estrangeiro. Esta insatisfação manifestou-se logo após a morte de D. Fernando, em Outubro de 1383, quando a regente D. Leonor manda apregoar por várias cidades de Portugal o pregão: “Arraial, arraial, pela rainha D. Beatriz nossa senhora”. Em várias povoações do Reino, como Lisboa, Santarém e Elvas, a população murmura e reage mal ao pregão. Esta reacção não resulta apenas de D. Leonor ser impopular, mas seguramente da perspectiva de domínio castelhano, que D. Beatriz inevitavelmente representava.

Mais tarde, após os acontecimentos em Lisboa, em 6 de Dezembro de 1383, onde D. João Mestre de Avis se afirma como líder, representando claramente uma alternativa política á união com o Reino de Castela, multiplicaram-se por todo o Reino, ao longo dos dois anos seguintes, exemplos de populações que aderem á sua causa. Encontra-se neste caso, e em primeiro lugar, a cidade de Lisboa, onde na própria noite de 6 de Dezembro o Mestre é aclamado pelo povo e onde, posteriormente, várias vezes lhe é solicitado que assuma o título de regedor e defensor do Reino. Em Janeiro, Almada e a cidade do Porto aderem ao Mestre. Mais tarde, em Maio,

Coimbra adopta a mesma posição. Podemos assim verificar que, rapidamente, as populações das principais cidades do Reino aderem ao Mestre.

Para alargar a sua base de apoio, D. João envia, logo a partir de Dezembro, emissários pelo Alentejo, onde ateiam uma verdadeira insurreição. As populações aderem ao Mestre e assaltam os respectivos castelos, como sucede em Beja, Portalegre, Estremoz e Évora. Noutros casos as populações apoiantes do Mestre de Avis tentam, sem sucesso, apoderar-se dos seus castelos, como sucede em Torres Vedras, Alenquer, Guimarães, Braga ou mesmo Santarém. Noutros casos ainda, como Tomar, Pinhel ou Montemor-o-Novo, a população, com o respectivo castelo, adere, sem luta, ao Mestre.

No sentido inverso não se conhecem casos. Com efeito, não se conhecem casos em que a população de uma povoação tenha aderido ao Rei de Castela, ou á sua esposa, D. Beatriz. Tal não significa que a maioria dos castelos existentes em Portugal não se tenham mantido fieis a D. Beatriz, mesmo até depois da Batalha de Aljubarrota. Estas posições dos alcaides nunca foram contudo representativas do sentimento das respectivas populações.

Mas este sentimento popular não se manifestou apenas na tomada de cidades ou castelos. Ele esteve sempre presente a partir de 1383, e manifestou-se de diversas formas e em diferentes ocasiões. Exemplos de manifestação desse sentimento popular foi a adesão imediata da povo de Lisboa á causa do Mestre de Avis, em Dezembro de 1383, ou a sua determinação em lutar pelo Mestre de Avis, em 1384, durante o terrível cerco de quatro meses a que Lisboa foi sujeita; ou a adesão do povo do Porto, em Janeiro de 1384, ao partido do Mestre, bem como a sua decisão, em Maio de 1384, de oferecer batalha aos castelhanos que ameaçavam cercar a cidade; ou a decisão do povo, que vivia em redor de Torres Vedras, de abandonar a cidade com o exército do Mestre de Avis, em Fevereiro de 1385, quando o Mestre desistiu do cerco que aí havia montado; ou a perseguição espontânea que muitas gentes fizeram aos homens de armas castelhanos, quando estes, em Agosto de 1385, fugiam para Castela, após a Batalha de Aljubarrota.

A sabedoria popular desde cedo soube identificar o partido que melhor garantias dava de defender as suas aspirações de curto e de longo prazo. Deste modo, do Minho ao Algarve, como maior ou menor evidência, a preferência das populações virou-se exclusivamente para D. João Mestre de Avis. Tratou-se de um fenómeno muito significativo, que contribuiu certamente para a consolidação da identidade nacional.

A reacção espontânea do povo foi a de aderir ao partido do Mestre de Avis, que não era responsável pela degradação económica dos anos anteriores, e simbolizava uma solução portuguesa para a crise política. D. Leonor Teles não representava seguramente uma solução para qualquer destas questões, pois além de estar associada á degradação económica existente, proclamara a sua filha, D. Beatriz, casada com o rei de Castela, como rainha de Portugal. O infante D. João também não representava essa solução política, pois vivia á vários anos em Castela, onde estava preso desde Outubro de 1383. Deste modo, o único pretendente que poderia permitir uma solução de independência do Reino de Portugal era claramente o Mestre de Avis. O seu comandante militar, D. Nuno Álvares Pereira, salientou muitas vezes este aspecto, como elemento de união entre os portugueses, nomeadamente nos momentos que antecederam as suas batalhas, ao referir frequentemente a necessidade de se fazer frente á invasão estrangeira.

A invasão de Portugal por um exército estrangeiro, tanto em 1384, como em 1385, obrigou a que os diferentes grupos sociais tivessem de optar por um dos lados em confronto. O apoio essencial foi contudo concedido pelo povo, ao reconhecer em D. João I a figura que melhor poderia assegurar a resolução dos seus problemas económicos e a defesa da independência do Reino de Portugal.

Em conclusão, é possível afirmar que existiram várias razões para a crise de 1383 a 1385. O partido do Mestre de Avis pôde então contar com o apoio de diversos grupos sociais, nomeadamente de certa burguesia e de uma parte importante da pequena e média nobreza portuguesa. Pôde também contar com um chefe militar excepcional, Nuno Álvares Pereira, que em muitos casos difíceis soube, com a sua coragem e eficácia, assegurar o rumo certo do desenrolar dos acontecimentos. Mas estes factores favoráveis nunca teriam proporcionado quaisquer hipóteses de sucesso a D. João Mestre de Avis, se a maioria esmagadora do povo, nomeadamente nas principais cidades, não tivesse aderido progressiva e espontaneamente á sua causa.

Descrição dos acontecimentos:

Ainda em Dezembro de 1383, e constatando a situação de incerteza e de indefinição política que se verificava, o Mestre de Avis envia emissários a D. Leonor Teles, que saíra já de Lisboa e se encontrava em Alenquer. Levavam-lhe uma proposta de casamento entre ela e o Mestre de Avis. Segundo esta proposta, o Mestre de Avis e D. Leonor Teles assumiriam a regência do Reino, até que o filho de D. Beatriz atingisse 14 anos e pudesse reinar. Após esse facto, o Mestre de Avis seria o governador do Reino. D. Leonor Teles recusa a proposta. Os partidários do Mestre começam então a preparar a defesa militar de Lisboa.

Depressa se percebeu a importância do auxílio de Inglaterra, reino com que Portugal tinha um tratado de aliança assinado em 1372 (o Tratado de Tagilde), e particularmente o apoio do Duque de Lencastre, John of Gaunt, que tinha pretensões ao trono castelhano. Desta forma são enviados, ainda em Dezembro de 1383, embaixadores a Londres, que são recebidos por Ricardo II e pelo Duque de Lencastre. A resposta do rei de Inglaterra foi favorável aos pedidos do Mestre, permitindo que os embaixadores portugueses recrutassem em Inglaterra homens de armas e arqueiros. Em contrapartida, o Mestre de Avis aceitou as pretensões do Duque de Lencastre ao trono de Castela.

Em Dezembro de 1383, o Mestre, perante a solicitação do povo para que se chamasse Regedor e Defensor do Reino, vai ao Mosteiro de São Domingos onde o povo se junta. Aí aceitou ser “seu defensor e pôr o corpo a qualquer aventura por honra do reino e pela defesa deles”.

Ainda em Dezembro de 1383, um jovem nobre, Nuno Álvares Pereira, entrou em cena. Filho segundo, saído de uma família ligada à Ordem de S. João do Hospital, foi recebido pelo Mestre de Avis em Dezembro, a quem transmitiu o seu apoio, tornando-se desde então o “braço armado” do partido do Mestre. Com pouco mais de vinte anos, foi nomeado fronteiro do Alentejo e depressa mostrou a sua capacidade militar.

O Mestre nomeia o seu Conselho, tendo por chanceler João das Regras. Neste Conselho participa um eclesiástico e vários legalistas e burgueses. Mais tarde juntar-se-á Nuno Álvares Pereira.

Para alimentar a guerra, o Mestre recolhe donativos em dinheiro de moradores de Lisboa, e levanta empréstimos em dinheiro e em valores.

De Santarém, e ainda em Dezembro, D. Leonor Teles envia então cartas a D. Juan de Castela dando-lhe conta dos acontecimentos em Lisboa, e pedindo-lhe que entre em Portugal com o seu exército, para restabelecer a ordem e devolver-lhe a regência do Reino.

Em Janeiro, vários castelos de Portugal são tomados ou aderem ao Mestre de Avis, como Beja, Portalegre, Estremoz, e Évora. A cidade do Porto adere também ao Mestre.

D. Juan I de Castela recebe esta carta em Janeiro, quando já se encontrava com o seu exército em Portugal, na cidade da Guarda. Parte depois para Celorico, passa por Miranda do Corvo, por Tomar, onde se verifica uma escaramuça com portugueses. Continua depois pela Golegã até Santarém, onde entra a 12 de Janeiro.

Em Santarém assume o governo de Portugal após ter pressionado D. Leonor Teles a ceder-lhe a regência do Reino. D. Juan I viola assim o Tratado de Salvaterra de Magos, que previa que D. Leonor se mantivesse como regente de Portugal, até que o filho de D. Beatriz atingisse os 14 anos. D. Leonor sente-se atraída, e envia recados a vários alcaides de castelos que estavam por si, referindo-lhes que não entreguem os castelos a D. Juan I de Castela.

D. Juan I passa a chamar-se abertamente Rei de Castela, de Leão, de Portugal, de Toledo e da Galiza. Manda em seguida cunhar moeda. Perante esta evolução era inevitável que a crise política iria ter uma solução militar.

Em Santarém, os castelhanos fazem desmandos, comportando-se como conquistadores. Alguns elementos de Santarém deslocam-se a Lisboa e incitam o Mestre a atacar o rei de Castela, “que eles os ajudariam”. Este plano não foi aceite, pois as barcas não chegariam mais longe senão até Muge.

D. Juan I de Castela envia então um destacamento de 1000 homens a Lisboa, pretendendo dar batalha a D. João, Mestre de Avis. O Mestre de Avis decide atacar estas forças castelhanas no Lumiar. Tal não chega contudo a suceder, pois os castelhanos furtam-se ao combate, retirando-se para Alenquer e para Torres Vedras.

Em Fevereiro D. Juan I de Castela opta por não iniciar o ataque a Lisboa, e decide dirigir-se para Coimbra para tomar o Castelo.

Ao descobrir uma conspiração de D. Leonor Teles contra ele, manda prendê-la e envia-a como prisioneira para o Convento de Tordesilhas, onde permanecerá até morrer.

Também em Fevereiro são aprisionados alguns navios de abastecimento castelhanos que entram na barra, com mantimentos para a frota castelhana que julgavam já estar em Lisboa, sendo o pescado utilizado pelo Mestre para o abastecimentos da capital e para o pagamento de soldos.

No final de Fevereiro D. Juan I de Castela desiste de tomar Coimbra, e dirige-se novamente para Santarém. Em Março sai de Santarém para Arruda, onde pondera entre cercar Lisboa, ou em atacar vários castelos que estão pelo Mestre de Avis. Opta por cercar Lisboa, logo que a frota castelhana chegue.

Sendo entretanto informado de uma incursão castelhana no Alentejo, D. João nomeia, em Março, Nuno Álvares Pereira fronteiro da comarca de Entre Tejo e Guadiana, com poder absoluto, quer militar, quer económico ou político. Foi autorizado por D. João a escolher, em Lisboa, 200 cavaleiros, dos quais 40 cavaleiros da primeira nobreza, entre os quais se incluíram Rodrigo Afonso Pimentel, Diogo Lourenço, João Pires, Martim Cotrim, Fernando Martins Brandão, Gomes Martins Zagalo, Afonso Lourenço e Lopo Rodrigues Façanha. Teve também autorização para juntar á sua hoste cerca de 1.000 homens a pé. Nuno Álvares Pereira parte então para o Alentejo, sendo acompanhado por D. João até Coina, onde se despedem.

A 6 de Abril de 1384, D. Nuno Álvares Pereira chefia um pequeno exército de 1.500 homens, que derrota uma força castelhana de 5.000 homens na Herdade dos Atoleiros, junto a Fronteira. Estava provado que o exército castelhano, apesar de muito superior, não era invencível. Este facto teve um efeito moral extraordinariamente importante junto dos apoiantes de D. João Mestre de Avis.

Após a Batalha dos Atoleiros, D. Nuno Álvares Pereira desenvolve várias acções no Alentejo, fazendo inclusivamente algumas cavalgadas em Castela. D. Nuno força os castelos de Arronches e de Alegrete a tomar o partido do Mestre.

Em face da notícia de que a frota castelhana se dirigia para Lisboa, parte para o Porto, a 14 de Maio, a frota portuguesa, comandada por Gonçalo Rodrigues da Sousa. Ainda em Maio, tomam-se medidas que reforçam a capacidade de resistência de Lisboa, no campo dos abastecimentos e da fortificação militar.

A frota castelhana começa a chegar a Lisboa em 26 de Maio, e em 29 de Maio o exército castelhano fecha o cerco á cidade. O quartel general do Rei de Castela é estabelecido em Santos-o-Velho.

Também em Maio, os portuenses ameaçados de cerco pelas forças do arcebispo de Santiago, decidem oferecer batalha em campo aberto fora da cidade. Reforçados pelos elementos da esquadra portuguesa, entretanto chegada ao Porto, obrigam os castelhanos a retirar, depois de algumas escaramuças.

Domingos Peres das Eiras propõe ao Mestre de Avis que se fosse a Coimbra convidar o conde D. Gonçalo, irmão da rainha D. Leonor Teles, para comandar a esquadra portuguesa. Com este convite pretendia-se atrair para a causa do Mestre não só D. Gonçalo, mas também outros portugueses hesitantes. O Mestre de Avis aceita que se faça o convite. Em Coimbra, D. Gonçalo responde aceitar o comando da frota portuguesa, em troca de receber as terras de sua irmã D. Leonor. Depois de obter de D. Nuno permissão, uma vez que estas terras lhe estavam prometidas, D. João concorda com a troca, obtendo assim a adesão de D. Gonçalo.

O Mestre escreve a D. Nuno para Évora, dizendo-lhe que se deslocasse com as suas gentes para o Porto para embarcar nesta frota. D. Nuno aceita, dirige-se para Coimbra e escreve para D. Gonçalo e a Rui Pereira, solicitando-lhes que o aguardem. Contudo estes, talvez por não quererem compartilhar esta grandiosa missão, não o quiseram esperar. Nuno Álvares Pereira regressa ao Alentejo, tendo um reencontro com os castelhanos na ribeira de Alapraia.

A frota portuguesa vinda do Porto, composta por 17 naus e 17 galés, enfrenta, a 18 de Julho, á entrada de Lisboa, a frota castelhana, na batalha do Tejo. A frota castelhana é composta por 61 naus, 16 galés, 1 galeota e várias carracas. Os portugueses perdem três naus e sofrem vários

prisioneiros e mortos, entre os quais Rui Pereira. A frota portuguesa consegue no entanto romper a frota castelhana, que era muito superior, e descarregar no porto de Lisboa os alimentos que trazia. Esta ajuda alimentar veio-se a revelar muito importante para a população que defendia Lisboa.

A 30 de Julho e por falta de água, Almada rende-se ao rei de Castela. No início de Agosto é descoberta uma conjura, na qual alguns portugueses abririam as portas de Lisboa aos castelhanos, no dia 15 de Agosto. A conjura é descoberta e os implicados são presos ou expulsos da cidade.

Em Agosto Nuno Álvares, que se encontra no Alentejo, conquista o castelo de Monsaraz. Posteriormente dá-se uma escaramuça entre D. Nuno Álvares, que se deslocava para Elvas e o castelhano João Rodrigues de Castanheda, nas margens do Guadiana junto a Badajoz, quando soube da presença dos castelhanos. Depois D. Nuno regressa a Elvas, onde toma conhecimento da presença de muitos castelhano no Crato, aguardando Pedro Sarmento, que por ordem de D. Juan I de Castela, saíra de Lisboa para enfrentar D. Nuno no Alentejo. D. Nuno parte então para Ponte de Sor, por Fonte da Figueira, para impedir a ligação das forças inimigas. Chegado a Avis teve conhecimento que as forças castelhanas tinham passado ali na véspera, pelo que opta por voltar a Cano e daqui a Évora. D. Nuno ordena então o seu exército no Divor para combater então os castelhanos. Estes cercam-no e não lhe dão batalha, criando uma situação muito perigosa para os portugueses. Aproveitando contudo a chuva que cai, D. Nuno rompe o cerco de noite e regressa a Évora. Perante esta situação Pedro Sarmento regressa a Almada. D. Nuno vai no encalço de Pedro Sarmento, passa por Palmela e ataca Almada, sem sucesso. Retira para Coima e depois vai a Palmela onde, durante a noite mandou fazer uma grande fogueira na torre do Castelo, de forma a que fosse vista em Lisboa. D. João depois de ver esta fogueira, respondeu também com outra feita nos seus Paços.

A 27 de Agosto, os portugueses resistem a uma acção de surpresa dos navios castelhanos sobre o porto de Lisboa, em simultâneo com um ataque terrestre á porta de Santa Catarina. O Mestre encoraja os portugueses a lutar, combatendo ele próprio junto ao rio, onde quase morre afogado. Os portugueses conseguem resistir.

Estando a situação muito deteriorada no interior da Cidade, sobretudo por falta de mantimentos, o Mestre considera duas hipóteses: chamar Nuno Álvares Pereira e atacar em conjunto com ele as forças castelhanas, o que implicava as forças de D. Nuno atravessarem o rio em batéis; ou o Mestre abandonar a Cidade com as suas forças, atravessando o rio em galés para a margem sul, juntar-se ás forças de Nuno Álvares Pereira e atacar o exército castelhano de norte para sul, depois de atravessar o rio Tejo mais a norte. D. Nuno, depois de ouvir as duas hipóteses, considerou que ambas eram arriscadas por implicarem uma travessia do Tejo frente a Lisboa, e opta por se esperar mais algum tempo. Esta posição foi comunicada ao Mestre.

Perante esta situação muito grave para os portugueses, D. Juan I de Castela decide terminar o cerco a Lisboa. Em parte pela determinação das forças portuguesas, que resistem, e por Lisboa estar bem murada e defendida, com a recente Muralha Fernandina. Mas houve contudo outra razão para esta decisão de D. Juan I, que consistiu numa epidemia de peste, que grassou entre as forças castelhanas. Na sua fase final esta peste chegou a matar 200 homens por dia. O monarca castelhano decidiu retirar-se para Castela a 3 de Setembro. A frota castelhana parte também para Castela, em 28 de Outubro.

É levada a efeito, em Lisboa, uma grandiosa procissão, na qual participa o Mestre de Avis, em acção de graças pelo sucesso da resistência de Lisboa. O Mestre de Avis é ratificado pela nobreza, clero e povo, em juramento solene, como Regedor, e Defensor dos Reinos de Portugal e do Algarve. Decide-se então pela convocação das cortes de Coimbra.

Nuno Álvares Pereira propõe ao Mestre que saíssem ao caminho do rei de Castela, atacando-o quando saísse de Santarém, em Chão de Couce, aproveitando a oportunidade de fraqueza que a sua situação lhes proporcionava. O Mestre concorda, mas o plano foi posteriormente abandonado pelo facto do rei de Castela ter partido mais cedo do que previam.

A 10 de Dezembro de 1384, o Mestre de Avis dirige-se para Torres Vedras, que cerca pois estava por D. Beatriz. Durante o cerco é descoberta uma conspiração contra a vida do Mestre, por parte do conde Gonçalo Gonçalves, D. Pedro de Castro, João Afonso Bessa e Pedro de Trastâmara. O conde Gonçalo é preso e os restantes fogem.

Afastados momentaneamente os combates com Castela, o partido do Mestre avançou, então, para a batalha política. Entre 3 de Março e 6 de Abril de 1385 reúnem-se Cortes, na cidade de Coimbra, com o objectivo principal de dar provimento ás despesas de guerra e decidir a quem deveria caber o trono de Portugal. Nesta assembleia enfrentaram-se as duas correntes principais: a dos apoiantes do infante D. João de Castro e a dos apoiantes de D. João Mestre de Avis, embora também houvesse alguns que defendiam D. Juan de Castela ou Dona Beatriz. Destacou-se na argumentação utilizada o doutor João das Regras, que defendia o Mestre de Avis e que explicou detalhadamente porque razão nenhum dos restantes três pretendentes reunia as condições necessárias para ocupar o trono de Portugal. Simultaneamente, Nuno Álvares Pereira, com os seus trezentos escudeiros bem armados, contribuiu também para que as discussões não se prolongassem em demasia.

O Mestre de Avis é então proclamado, a 6 de Abril, Rei de Portugal. No dia seguinte ao encerramento destas cortes, D. João I atribui a Nuno Álvares Pereira, então com 24 anos, as funções de Condestável, ou seja, de comandante supremo do exército português.

Desde o início de Abril de 1385, a frota castelhana volta a colocar-se em frente a Lisboa, cercando a cidade. O Rei de Portugal é informado deste facto ainda em Coimbra, e envia um embaixador a Inglaterra, não só para obter o seu reconhecimento como Rei, mas para obter do rei de Inglaterra e do duque de Lencastre auxílio militar. Com o objectivo de ser reconhecido como rei, envia também embaixadores ao Papa e a todas as vilas e cidades portuguesas.

D. João I desloca-se a 15 de Abril ao Porto, onde é recebido festivamente. D. Nuno Álvares Pereira desloca-se a Neiva onde conquista o castelo. Parte em seguida para Viana do Castelo, onde ataca o castelo que se rende.

Em 8 de Maio D. João I desloca-se para Guimarães, que conquista de assalto com a ajuda de elementos que aí viviam, e cerca o castelo. O povo da cidade de Braga revolta-se quando tem conhecimento de que D. João I entrara em Guimarães. Tendo conhecimento disso, D. João I escreve a D. Nuno Álvares Pereira que estava junto ao Rio Minho, ordenando-o que fosse tomar o castelo de Braga. D. Nuno dirige-se então para Braga e cerca o castelo, que ao fim de um dia se rende.

Cerca de 13 de Maio, depois de se reunir com Nuno Álvares Pereira, em Ponte de Lima, D. João I dirige-se com D. Nuno para Braga. No dia seguinte partem os dois para Guimarães. O

alcaide de Guimarães, depois de pedir reforços ao rei de Castela, que se encontrava em Córdoba, que lhe mandou dizer que não o podia socorrer, entrega o castelo a D. João I.

D. João I debate então, em Guimarães, com Nuno Álvares Pereira a atitude a tomar. Tem conhecimento de que D. Juan I de Castela está a cercar Elvas e que pretende depois dirigir-se para Lisboa. É também informado de que a frota castelhana já está toda em Lisboa, de tal forma que já não é possível utilizar o rio. Compreendem ambos que se se permitisse um novo cerco a Lisboa, com toda a probabilidade a cidade cairia, e com ela todo o Reino. Ambos acordam então que a melhor forma de se fazer frente ao perigo existente é o de dar batalha ao exército castelhano, ainda que este fosse de um enorme poderio como diziam.

Parte então D. João I para o Porto, com a finalidade de reunir um exército, aguardar o rei de Castela em lugar a definir, e combatê-lo.

A partir de Elvas que se encontra a cercar desde 1 de Junho, D. Juan I, rei de Castela, ordena uma invasão da Beira, com o objectivo de dividir as forças portuguesas e poder posteriormente avançar sobre Lisboa. Contudo Elvas resiste e é durante este cerco que se verifica a Batalha de Trancoso.

A incursão castelhana na Beira:

Por ordem do seu rei, os castelhanos deixam Ciudad Rodrigo dispostos a invadir a Beira, com o objectivo de saquear e de fazerem o maior dano possível, através da destruição de ceiras e vinhas, aprisionando pessoas, praticando o saque e o incêndio. Tinham a informação de que não encontrariam uma resistência organizada. Com efeito, sabiam que o Rei de Portugal, D. João I, e o seu condestável, D. Nuno Álvares Pereira, se encontravam ocupados no norte do País, envolvidos no cerco a Guimarães, pelo que não lhes iriam fazer frente. Em segundo lugar, sabiam que alguns dos nobres portugueses da Beira se encontravam desavindos entre si, pelo que não seria provável que se juntassem para se oporem a esta invasão. Sabiam também que cada nobre da Beira, por si só, não poderia fazer frente ao exército castelhano.

Deste modo um exército castelhano deixa Ciudad Rodrigo, aproximadamente a 14 de Maio de 1385 e entra em Portugal. Nele participavam 400 cavaleiros, provenientes de famílias nobres castelhanas ou de burgueses abastados. Estes cavaleiros dispunham de fortes armaduras, bem como lanças e espadas, e podiam combater a pé ou a cavalo. Participavam também neste exército 200 ginetes ou cavaleiros ligeiros, armados de dardo e besta, que em batalha desempenhavam normalmente um papel secundário, de ataque aos flancos ou retaguarda do inimigo, e combatendo sempre a cavalo. Acompanhando os cavaleiros e ginetes vinham umas centenas de homens a pé, armados de picos, e besteiros.

Os não combatentes vinham também em número significativo. Cerca de 400 não combatentes apoiavam os cavaleiros, ora ajudando-os a vestir as suas pesadas armaduras, ora a tratar-lhes dos cavalos. Outros não combatentes acompanhavam os besteiros, carregando os seus virotões. Finalmente vinham não combatentes na carreamento do exército castelhano, ou seja, a parte do exército onde se transportavam as munições dos besteiros, os muares com as bagagens dos cavaleiros, os víveres e forragens e diversas viaturas de apoio.

O comandante do exército castelhano era João Rodrigues de Castanheda, capitão experimentado. O exército castelhano entrou em Portugal, talvez pelo Vale de la Mula, aproximando-se em seguida de Almeida, que estava por Castela. Deixando Almeida em

direcção a Pinhel, começaram a entrar em terras fiéis a D. João I. Por esse motivo começaram então as destruições em larga escala, provocando incêndios em cearas e vinhas e também em habitações. Os castelhanos tornaram em seguida o castelo de Pinhel, que estava por D. João I, passando depois junto a Trancoso, cuja área devastaram largamente. Seguiram depois em direcção a Viseu, passando por diversas aldeias, provavelmente por Venda do Cepo, Casal do Monte, Penaverde, Forninhos, Sezures, Esmolfe, Roriz, e Povolide. Por estas aldeias passou o exército Castelhana sempre a saquear e a destruir pessoas e bens. Por cada povoação que passava o exército castelhano saqueava e fazia prisioneiros, o que obrigava os seus habitantes a fugirem para os campos.

Chegaram depois a Viseu, que contava então com cerca de 6.000 habitantes, e era uma das mais importantes cidades da Beira. O exército castelhano saqueou então a cidade e fez centenas de prisioneiros, para serem levados para Castela. Seguidamente incendiou a cidade. Terá estado em Viseu cerca de três dias.

Castanheda não revelou pressa nos movimentos do seu exército, pois considerava que não encontraria nenhuma resistência militar, nem seria atacado por forças portuguesas organizadas.

Depois de abandonar Viseu, o exército castelhano regressou pelo mesmo caminho em direcção a Trancoso. Caminhando sem pressas, foi realizando saques e engrossando uma coluna de prisioneiros portugueses, que incluía homens, mulheres e crianças, á medida que ia passando por povoações afectas a D. João I.

O exército castelhano marchava com os cavalos a dois de frente, numa extensão que seria de aproximadamente 3 Km. Todos os cavaleiros e ginetes castelhanos vinham a cavalo, quando chegaram novamente á Veiga de Trancoso. Quando chegou a Trancoso, o exército castelhano estava á cerca de 15 dias em Portugal. Não tinha praticamente sofrido baixas desde que entrara em Portugal, pois enfrentando apenas populações indefesas, as suas baixas terão sido mínimas.

A reacção portuguesa:

A permanência de D. João I e de Nuno Álvares Pereira em Entre-Douro-e-Minho, e a inimizade existente entre alguns fidalgos da Beira, nomeadamente entre Gonçalo Vasques da Cunha e Martim Vasques da Cunha, permitiram aos castelhanos, durante este período, movimentarem-se livremente e devastarem a Beira. Este facto muito incomodava o Rei de Portugal, D. João I, que em relação aos nobres da Beira referia "parece que pouca importância dão á terra que haviam de defender, e que suportam as suas honras e despesas".

A situação tornava-se escandalosa. Era preciso promover o entendimento entre os nobres da Beira, impedindo ao menos a saída do saque para Castela, e se possível assegurar o castigo dos invasores, já que não se tinha evitado a devastação desta região da Beira. D. João I, sabendo que não havia tempo a perder, encarrega o seu guarda-mor, João Fernandes Pacheco, de ir ao encontro dos fidalgos da Beira e de mediar as suas diferenças. Fala com Martim Vasques da Cunha e com Gonçalo Vasques Coutinho, referindo nomeadamente que o dever perante o Reino deve estar acima das querelas particulares. Foi então conseguida uma reconciliação entre estes dois nobres. Para este fim também ajudou o facto de vários portuenses terem realizado entre si uma colecta, que entregaram a estes dois fidalgos da Beira, para que se reconciassem e se batessem contra os invasores castelhanos. João Fernandes Pacheco foi também o intermediário entre os portuenses e estes dois fidalgos, com conhecimento do Rei de Portugal.

Esta colecta foi entregue apenas a estes dois fidalgos portugueses, que eram os mais poderosos fidalgos da Beira, e não a quaisquer outros fidalgos da Beira que vieram a participar na Batalha de Trancoso.

João Fernandes Pacheco promoveu também as pazes entre Gonçalo Vasques Coutinho e Gil Vasques da Cunha.

È também interessante saber quem eram estes nobres da Beira. Todos eles dispunham de diversos títulos na região da Beira, e eram senhores de importantes propriedades. Deste grupo de cinco fidalgos, dois sobressaiam e dispunham de um poder superior: Em primeiro lugar, Gonçalo Vasques Coutinho, que desde á vários anos era alcaide de Trancoso, de Lamego e de Penedono. Era também senhor das povoações de Armamar, de Sernancelle e de Fonte Arcada.

O segundo grande fidalgo, Martim Vasques da Cunha, era alcaide da Guarda, de Linhares e de Pinhel. Era também senhor da jurisdição cível de Tarouca e Valdigem.

Gil Vasques da Cunha, irmão de Martim Vasques da Cunha, era alferes-mor do Reino e era senhor da vila de Marialva.

João Fernandes Pacheco era guarda-mor de D. João I, senhor de Ferreira de Aves e tinha o mordomado de Celorico. Na altura da Batalha de Trancoso, seu pai, Diogo Lopes Pacheco, era também um grande nobre da Beira, sendo senhor de Carapito, de Terrenho, do Codeceiro do Porto da Carne, de Azares, de Moreiras do Baraçal e de Vide. Era natural que seu filho, João Fernandes Pacheco administrasse já parte deste património por ocasião da Batalha.

Egas Coelho era senhor de Linhares em 1384, e de Folgosinho. Mais tarde seria nomeado mestre-sala de D. João I.

Vale também a pena referir que Gonçalo Vasques Coutinho era um personagem que se preocupava com o Reino de Portugal, mas também com os seus interesses. Em finais de 1383, quando D. Juan I de Castela invade Portugal, passando pela Guarda, Gonçalo Vasques da Cunha não lhe presta homenagem, preferindo ver primeiro quem irá ganhar a contenda, para depois tomar a sua decisão. Em finais de 1384 acede aos pedidos dos habitantes do Porto para atacar o Castelo da Feira, que nessa altura estava por Castela. Ataca e conquista este castelo. Mais tarde, nas cortes de Coimbra, de Março e Abril de 1385, que haveriam de coroar D. João I como Rei de Portugal, Gonçalo Vasques Coutinho defende D. João, Mestre de Avis para Rei de Portugal. Em Trancoso aceita finalmente combater os castelhanos com os seus homens, desde que seja ele a chefiar as forças portuguesas, o que na verdade, e por direito, caberia a Martim Vasques da Cunha. Mais tarde e apesar dos insistentes pedidos de D. João I, não participa na Batalha de Aljubarrota. Não apoia então também o rei de Castela.

Quanto a Martim Vasques da Cunha tem um percurso diferente. Em finais de 1383, presta homenagem na Guarda a D. Juan I de Castela, quando este invade Portugal com o objectivo de colocar D. Beatriz, sua mulher, no trono de Portugal. Acompanhou o rei de Castela até Santarém, de onde regressou á Beira por entender que o monarca castelhano não o havia recompensado devidamente, nomeadamente com dinheiro. Nas cortes de Coimbra, em Março de 1385, defende o Infante D. João, filho de D. Pedro e Inês de Castro, para Rei de Portugal, devendo o Mestre de Avis ocupar apenas o cargo de regedor do reino, até que o Infante D. João se libertasse da prisão em Castela. É no entanto vencido pela argumentação de João das Regras, que defende que o Mestre de Avis deve ser desde logo o Rei de Portugal. Volta depois para os seus domínios na Beira, possivelmente pouco convencido, e apenas se dispõe a

combater o exército castelhano que invade a Beira em Maio de 1385, quando vê acauteladas as suas questões particulares por parte de D. João I. Aceita também, contra o que seria o seu direito, combater os castelhanos debaixo da chefia de Gonçalo Vasques Coutinho. Mais tarde, e apesar dos pedidos do Rei de Portugal, não comparece também na Batalha de Aljubarrota.

Estabelecida a concórdia entre os fidalgos portugueses da Beira, a batalha ia ter lugar. O recrutamento apressado de homens e material terá decorrido essencialmente na região de Trancoso, Ferreira de Aves, Linhares e Celorico. Os capitães com as suas forças, reúnem-se todos sob o comando de Gonçalo Vasques Coutinho. Envia-se então um emissário, Afonso Rodrigues Baticela, ao encontro do comandante do exército castelhano, João Castanheda, desafiando os castelhanos para um combate. Este desafio é aceite pelos castelhanos.

O desenrolar da Batalha:

Sabendo que os castelhanos passariam por Trancoso, no seu regresso a Castela, os portugueses foram colocar-se a cerca de 2 Km a sul da vila, num local onde os castelhanos forçosamente teriam de passar. Tratava-se da veiga de Trancoso, perto da ermida de São Marcos.

O exército português era composto pelos homens dos referidos cinco nobres da Beira: Gonçalo Vasques Coutinho, Martim Vasques da Cunha, João Fernandes Pacheco, Gil Vasques da Cunha e Egas Coelho. Nele participavam pouco mais de 300 cavaleiros, a grande maioria dos quais homens de Gonçalo Vasques Coutinho e de Martim Vasques da Cunha. Com efeito, Martim Vasques da Cunha dispunha de 150 cavaleiros, Gonçalo Vasques Coutinho de 120 cavaleiros, João Fernandes Pacheco de 30 cavaleiros, e Gil Vasques da Cunha e Egas Coelho de mais uma ou duas dezenas de cavaleiros. Acompanhavam estes cavaleiros pouco mais de 1.000 homens a pé, a grande maioria dos quais sem prática das armas. Não existiam ginetes nem besteiros. Havia ainda um número diminuto de não combatentes, pois todos os homens válidos foram utilizados para o combate. A carreamento portuguesa, com os seus víveres, estaria provavelmente guardada dentro do castelo de Trancoso.

Os castelhanos tinham portanto superioridade em cavaleiros, e só eles possuíam ginetes e besteiros. Os portugueses eram superiores no número de homens a pé.

Os portugueses colocam-se na veiga de Trancoso, desde a noite anterior á Batalha. Nessa noite, os castelhanos dormiram na estrada que leva a Trancoso, a poucos quilómetros de distância.

No manhã seguinte, a 29 de Maio de 1385, o exército português coloca-se no terreno sensivelmente como nos Atoleiros, ou como mais tarde em Aljubarrota, ou seja, com vanguarda, alas e retaguarda. Todos ou quase todos os cerca de 400 cavaleiros portugueses estavam na vanguarda. Os homens a pé colocaram-se nas duas alas e na retaguarda. Não foi assim seguida exactamente a mesma táctica que Nuno Álvares Pereira executou na Batalha dos Atoleiros, onde para evitar a fuga de peões portugueses menos experimentados na guerra, tinha colocado vários dos seus cavaleiros na retaguarda e nas alas.

Os castelhanos já sabiam do propósito dos portugueses em combaterem. Quando ao chegarem, vindos do ocidente, viram os portugueses na veiga de Trancoso, situados junto á actual aldeia de Courelas, por onde corria então a estrada que se dirigia para Almeida e para Castela. Perante esta situação, os castelhanos não atacam os portugueses, mas desviam para a direita em direcção á Ribeira de Freches, com o evidente intuito de se furtarem ao combate. Pretendem

assim passar entre os portugueses e o monte onde se encontrava a capela de São Marcos. Procuram retomar a estrada principal a nascente dessa posição. Ao perceberem esta intenção, os portugueses deslocaram-se logo para sul, para junto da capela de São Marcos, colocando-se em frente dos castelhanos. Puderam alterar a sua posição para junto da ermida de São Marcos, pois ao observarem a viragem da coluna castelhana, estavam mais perto dessa capela que os castelhanos.

A chefia das forças portuguesas, ou seja, Gonçalo Vasques Coutinho auxiliado pelos restantes quatro fidalgos portugueses, ficou colocada junto a esta capela.

Tendo o caminho barrado, os castelhanos viram definitivamente a gravidade da situação e reuniram o seu conselho. Fizeram então uma proposta aos portugueses, que consistia em aceitar entregar o produto do saque, bem como libertar os prisioneiros portugueses, desde que a coluna castelhana pudesse prosseguir a marcha para Castela. Os portugueses recusaram.

O conselho castelhano volta então a reunir e as opiniões dividiram-se. Uns defendiam que se deveria prosseguir a marcha e que se os portugueses desejassem dar batalha, então que os atacassem, abandonando as suas posições defensivas. Outros porém defendiam que em face da sua superioridade numérica e de armamento, deveriam desde logo atacar os portugueses. A maioria acabou por concordar com esta última posição. A batalha ia acontecer.

João Rodrigues de Castanheda era um combatente experimentado e havia combatido no ano anterior, na Batalha dos Atoleiros, contra os portugueses. Tinha então visto a impotência da cavalaria castelhana perante as lanças dos portugueses apeados. Em face dessa experiência, Castanheda ordenou que os seus 400 cavaleiros desmontassem dos cavalos, que entregaram aos pagens, e que combatessem a pé. Apenas os ginetes iriam lutar a cavalo, muito possivelmente situados de cada um dos dois lados do exército castelhano. Alguns homens armados ficaram na retaguarda, de guarda aos prisioneiros portugueses.

O combate ia principiar. Estávamos entre as dez e as onze horas da manhã. Os homens de armas estavam frente a frente, cada lado com os seus estandartes. Perante a evidente superioridade numérica castelhana, alguns homens a pé portugueses, sem prática de armas, que se situavam nas alas do exército português, atemorizaram-se e fugiram em direcção a Trancoso. Isso animou extraordinariamente os castelhanos que viram nessa fuga um sinal do início da sua vitória. Tocando então as trombetas muito alto, lançaram-se ao ataque, com grande alarido, cobrindo a correr a distância que os separava dos portugueses.

Simultaneamente os ginetes perseguiram e matavam os referidos peões portugueses que fugiam, de tal modo que vários procuraram regressar á ala portuguesa como a melhor forma de se defenderem. Tanto a fuga dos referidos peões portugueses, como o regresso de alguns deles á ala portuguesa, não foi do conhecimento dos cavaleiros portugueses que se situavam na vanguarda do exército, pois encontravam-se virados para o exército inimigo.

Feriu-se então um brutal combate junto á ermida de São Marcos e na veiga de Trancoso. No seu ataque os castelhanos gritavam "por Santiago e Castela !", enquanto os portugueses gritavam " Portugal ! São Jorge !". O alarido e barulho do combate era tal, que se ouvia perfeitamente em Trancoso.

O ataque castelhano incidiu sobre a vanguarda portuguesa e sobre as duas alas. O combate foi extraordinariamente violento, tendo demorado o dia inteiro. A Batalha de Trancoso foi portanto

travada num espaço não muito grande, que corresponde á veiga de Trancoso, e durante aproximadamente oito horas.

Os cronistas da época não referem se o quadrado português se manteve compacto ao longo do combate, ou se pelo contrário, a partir da sua posição inicial, os portugueses acabaram por se envolver em diferentes combates, em diferentes grupos de combatentes e em diferentes zonas do terreno. Sabemos contudo que os portugueses, os cavaleiros castelhanos e os peões castelhanos combateram sempre a pé, ao contrário dos 200 ginetes castelhanos que procuraram lutar sempre a cavalo. É muito possível que os castelhanos tenham ensaiado, ao longo do dia, diversos ataques, depois de se terem reagrupado, utilizando simultaneamente a carga de cavalaria dos ginetes e o ataque dos homens de armas a pé, enquanto os besteiros castelhanos disparavam os seus virotões. Possivelmente o ataque dos ginetes incidiu mais sobre as alas portuguesas e a sua retaguarda, enquanto os homens de armas atacavam a pé a vanguarda portuguesa.

Com toda a probabilidade, a Batalha não consistiu num único combate, mas devido ao extenso tempo que demorou, terá sido composta por diversos ataques e por diferentes combates ao longo do dia. Sabemos no entanto que no final do dia os castelhanos estavam totalmente desbaratados, e que muitos dos prisioneiros portugueses se conseguiram libertar e envolver no combate. A participação dos prisioneiros portugueses não deixou certamente de ser significativa, não só pelo seu número, mas também pelos motivos de hostilidade que tinham perante os castelhanos, devido á forma como haviam sido tratados.

Do lado castelhano, apenas alguns ginetes escaparam da morte, nestes se incluindo o seu capitão, Pedro Soares de Quinhones. Perante o desastre que se avizinhava nesta Batalha, muitos dos pagens castelhanos, que guardavam os cavalos dos cavaleiros, montaram neles e fugiram, deixando os cavaleiros castelhanos, com as suas pesadas armaduras, condenados a uma morte certa. Também um número limitado de peões castelhanos conseguiu fugir, abandonando o campo de batalha por diferentes locais. Os cavaleiros castelhanos, que eram como referimos, de importantes famílias, morreram todos, com excepção de Garcia Guterres, que Gil Vasques da Cunha não quis matar, para que, como preso, pudesse identificar os cavaleiros castelhanos mortos e posteriormente contar em Castela o que havia sucedido nesta batalha.

Do lado português, para além da morte dos peões, que na fase inicial da batalha procuraram fugir, mais não referiram os cronistas da época.

Ganha a batalha, foi possível recuperar o imenso espólio do saque castelhano e evitar que os numerosos prisioneiros portugueses fossem levados para Castela.

Vale a pena por último referir um aspecto particular que ocorreu nesta Batalha. Com efeito, seria lógico pensar que vários cavaleiros castelhanos pudessem no final da batalha sido poupados e portanto aprisionados, uma vez que, na época, avultados resgates eram pagos por membros da nobreza quando caíam nestas condições. No entanto e com excepção do referido Garcia Guterres, nenhum outro cavaleiro castelhano foi poupado. É uma intrigante situação, que pode ter a sua explicação em conhecimento de factos por parte dos nobres castelhanos, ou em compromissos anteriormente realizados entre nobres portugueses e castelhanos, que perante a crescente afirmação de D. João I como Rei de Portugal, tinham passado a ser comprometedores para os nobres portugueses. É no entanto apenas uma explicação, compartilhada por alguns historiadores portugueses como Pedro Gomes Barbosa, mas que

possivelmente nunca poderá ser comprovada. O que se pode afirmar sem qualquer dúvida, é que para a época, não era nem necessário, nem lógico, destruir uma importante fonte de rendimento.

Consequências da Batalha:

Depois da vitória na Batalha dos Atoleiros e da resistência bem sucedida ao cerco de Lisboa, ambas em 1384, a vitória na Batalha de Trancoso, em Maio de 1385, saldou-se pelo terceiro grande sucesso militar de Portugal na guerra contra Castela. Com efeito, e embora tenha consistido numa batalha entre hostes senhoriais, com os senhores portugueses da Beira a defenderem as suas terras e os seus habitantes, esta batalha foi por todos conhecida e teve repercussões em todo o Reino.

Em Portugal todos tinham consciência que se vivia, em 1385, um período decisivo na guerra com Castela. Com efeito, após as cortes de Coimbra que proclamaram D. João I como Rei de Portugal, e após os êxitos militares de 1384, a guerra com Castela entrava na sua fase decisiva. Os acontecimentos seguintes seriam determinantes. Esta nova vitória chegou assim num momento muito importante e teve como consequência transmitir um significativo entusiasmo e confiança aos defensores da independência de Portugal.

Em segundo lugar, esta vitória foi uma nova confirmação de que o exército de Castela não era invencível, apesar da sua superioridade numérica e em armamento. Estava provado que a coragem e determinação portuguesa podiam sobrepor-se a situações tremendamente desfavoráveis. Deste modo, o conhecimento da vitória em Trancoso contribuiu seguramente para incentivar os portugueses a enfrentarem a batalha decisiva, que se travou poucos dias mais tarde em Aljubarrota.

Em terceiro lugar morreram em Trancoso numerosos cavaleiros, grandes senhores e experientes homens de armas castelhanos. Esta circunstância, para além do desânimo que provocou em Castela, impediu que estes homens de armas pudessem participar nos futuros confrontos com Portugal, nomeadamente passados 77 dias na Batalha de Aljubarrota. A repercussão da derrota na Batalha de Trancoso foi tão significativa em Castela, que o Rei D. Juan I, quando passou por Trancoso, cerca de dois meses mais tarde em direcção a Aljubarrota, mandou incendiar a ermida de São Marcos, por estar associada a essa vitória portuguesa.

Em quarto lugar o resultado de Trancoso teve uma consequência estratégica da maior importância, que consistiu em demover o Rei de Castela, a partir de Elvas, de continuar a sua marcha para Lisboa. Tinha então a intenção de seguir directamente para Lisboa, onde se encontrava já a sua frota. Este movimento seria feito em simultâneo com uma penetração na Beira por parte de outra força castelhana. Ao ter conhecimento da derrota castelhana em Trancoso, o Rei de Castela abandonou o cerco de Elvas, e desistiu de se dirigir directamente daí para Lisboa. Pelo contrário, retirou-se para Ciudad Rodrigo, em Castela, para reagrupar as suas forças. Esta circunstância, além de evitar dois ataques castelhanos simultâneos a Portugal, proporcionou ao exército de D. João I ganhar vários dias, que se haviam de revelar preciosos na preparação da batalha decisiva, a Batalha de Aljubarrota.